

KIT LENDAS AMAZÔNICAS: CONVENIÊNCIAS POLÍTICAS ATRAVESSANDO PRODUÇÕES CULTURAIS SURDAS

Violeta Porto Moraes – UFPel
Angela Nediane dos Santos – UFPel

Este estudo está localizado no campo dos Estudos Culturais que possibilita pensar a cultura como prática de luta em torno de significação cultural e nos Estudos surdos que problematizam as representações sobre os surdos, sua língua, identidades e culturas, invertendo a compreensão hegemônica. Assim como concebem a cultura surda como espaço de contestação e de constituição de identidades e diferenças. De acordo com Skliar:

Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – como o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos (1998, p.29).

Tais estudos filiam-se ao campo dos Estudos Culturais, os quais possibilitam aos estudiosos das questões relacionadas à surdez, pensar a cultura surda, já que:

[...] Os Estudos Culturais em Educação constituem uma ressignificação e/ou uma forma de abordagem do campo pedagógico em que questões como cultura, identidade, discurso e representação passam a ocupar, de forma articulada, o primeiro plano da cena pedagógica. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER2003, p.23)

Este artigo é um recorte das análises que estão sendo realizadas, na segunda fase do Projeto “Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira” (Programa Pró-Cultura – CAPES/MINC). Projeto este que tem como objetivo mapear, coletar e analisar diferentes produções culturais das comunidades surdas brasileiras. Nesta segunda etapa, especificamente, coletou materiais em diferentes regiões do Brasil onde houvesse movimentos surdos organizados através das associações de surdos, espaços educacionais, Federação de Surdos. Integram o Projeto, três Instituições Federais de Educação Superior: UFSM¹, UFPEL² e UFRGS³, as quais são responsáveis por mapear e analisar um segmento específico da produção cultural: vídeos veiculados pela internet, editoriais e produções acadêmicas de surdos, respectivamente.

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

² Universidade Federal de Pelotas.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nessa segunda etapa de coleta de dados foi feito um contato prévio com os representantes dos movimentos surdos organizados (associações de surdos, espaços educacionais, Federação de Surdos), nas diferentes regiões brasileiras, a fim de buscar as produções artístico-culturais das comunidades surdas brasileira. Para a escolha dos locais visitados levou-se em consideração as cidades/regiões que contam com escritórios da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e/ou Pólos dos Cursos Letras/Libras⁴.

Cada Instituição ficou responsável pela realização das visitas em algumas capitais: UFPel: Recife, Fortaleza e Belém; UFRGS: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre e Brasília; UFSM: Curitiba, São Paulo e Campo Grande.

Este trabalho diz respeito à coleta de dados realizada pela Universidade Federal de Pelotas. O Polo UFPel ficou responsável por coletar dados referentes às produções artístico-culturais de cidades de três estados brasileiros, localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, quais sejam: Fortaleza – CE, Recife – PE e Belém – PA. Essa análise se restringe apenas à coleta de dados realizada em Belém (Pará). Em Belém os principais espaços de coletas de dados foram a escola de surdos “UEES Profº Astério de Campos”, bem como o Polo do Curso de Letras/Libras, no qual alunos e professores forneceram informações e contatos.

No período que antecedeu às viagens foram realizados contatos com instituições, bem como com pessoas envolvidas com as comunidades surdas das regiões a serem visitadas. Tivemos alguns retornos, a partir dos quais marcamos encontros. Ao chegarmos às cidades visitadas, nos deparamos com outras possibilidades de coleta de dados, além daquelas já contatadas anteriormente.

Assim, foram encontradas em Belém produções culturais surdas relacionadas aos artefatos culturais paraenses, tais como cartilhas e calendários. O foco maior destas produções está na convenção de sinais próprios daquele espaço cultural, bem como na divulgação da

⁴ Os Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Letras-Libras são uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de formar profissionais na Língua de Sinais Brasileira (professores e tradutores-intérpretes). Os cursos são na modalidade de Educação à Distância e os pólos onde os cursos funcionam são nas Universidades, que estão distribuídas nas diversas regiões brasileiras: Norte (Universidade Estadual do Pará, Universidade Federal do Amazonas) Nordeste (CEFET do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Pernambuco), Centro-Oeste (CEFET de Goiânia, Universidade Federal Grande Dourados, Universidade de Brasília), Sudeste (CEFET de Minas Gerais, Instituto Nacional dos Surdos/RJ, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas), Sul (Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná).

língua de sinais. No Pará os grupos de teatro mostraram-se bastante fortalecidos, tanto na escola quanto fora dela, com grupos autônomos.

Foram encontradas algumas dificuldades na coleta de dados em Belém, pois o ano letivo ainda não havia começado no momento da visita. Assim, muitas pessoas estavam em férias e algumas instituições ainda não haviam retornado às atividades.

Com esse trabalho iremos focar especificamente em um dos materiais que toma destaque na coleta feita em Belém (Pará): é o “Kit de Lendas Amazônicas – mãos que contam em uma versão bilíngüe e em braile”. Esse material é composto por 10 lendas amazônicas, apresentadas em diferentes formatos: um livro impresso (lendas escritas em língua portuguesa e imagens ilustrativas), um DVD (lendas narradas em Libras, com legenda em língua portuguesa) e um livro impresso na escrita braile.

Nesse sentido, na primeira etapa da pesquisa vimos a vinculação e a influência das políticas educacionais inclusivas na produção cultural surda, especificamente no que se refere aos editoriais produzidos no Brasil. E aqui, na análise que fazemos de um dos artefatos culturais surdos coletados em Belém essa problematização é recorrente, já que o Kit Lendas Amazônicas está vinculado a uma universidade pública estando em consonância com as políticas educacionais do Ministério da Educação. Entendemos que esses discursos fazem circular a ideia de que a presença da língua de sinais nessas produções transforma o material numa ferramenta inclusiva. É entendendo que os discursos produzem significados para as coisas e, portanto, produzem coisas que estamos analisando o Kit Lendas Amazônicas.

Kit lendas amazônicas: conveniências políticas atravessando produções culturais

O “Kit de Lendas Amazônicas – mãos que contam em uma versão bilíngüe e em braile” foi uma iniciativa da Universidade do Estado do Pará (Uepa) em conjunto com a Universidade da Amazônia (Unama), Centro do Universitário do Pará (Cesupa) e Universidade Federal do Pará (UFPA), publicada no ano de 2009. Segundo informações contidas no site⁵ da Uepa,

além de resgatar a cultura regional, o kit, com dez histórias, ultrapassa a linguagem feita apenas para ouvintes e garante o acesso à informação para surdos e cegos, de acordo com as Políticas Educacionais Inclusivas, sugeridas pelo Ministério da Educação (MEC), critério pelo qual o projeto de execução do kit foi aprovado.

⁵ <http://www.uepa.br/>. Acesso em 19/06/2010.

Em outra análise Moraes e Santos (2011) destacaram a vinculação e a influência das políticas educacionais inclusivas na produção cultural surda, especificamente no que se refere aos editoriais produzidos no Brasil. E nesta análise notamos que isso se repete, já que o Kit Lendas Amazônicas, coletado em Belém, está de acordo com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e por isso sua produção foi autorizada por tal órgão governamental.

Percebe-se que os discursos veiculados pelo MEC, através da legislação vigente, por meio da produção destes materiais, fazem parte de uma mesma rede discursiva. De acordo com Veiga-Neto (2000):

os discursos podem ser entendidos como histórias que, encadeadas e enredadas entre si, se complementam, se completam, se justificam e se impõem a nós como regimes de verdade. Um regime de verdade é constituído por séries discursivas, famílias cujos enunciados (verdadeiros ou não-verdadeiros) estabelecem o pensável como um campo de possibilidades fora do qual nada faz sentido – pelo menos até que aí se estabeleça um outro regime de verdade. (p. 57)

Entendemos que esses discursos fazem circular a ideia de que a presença da língua de sinais nessas produções transforma o material numa ferramenta inclusiva. É entendendo que os discursos produzem significados para as coisas e, portanto, produzem coisas que estamos analisando o Kit Lendas Amazônicas.

De acordo com o discurso veiculado pelo MEC, a educação de surdos deve assumir um caráter bilíngue. E é isso que está em evidência no Kit analisado, visto que em seu próprio título consta a expressão que dá ênfase à educação bilíngue. É por isso que, por exemplo, apesar de ser constituído por um livro impresso em língua portuguesa, esta língua também está presente, ao lado da Libras, narrando as lendas no DVD. Assim, parece que a Libras sozinha não tem credibilidade, mas acompanhada da língua portuguesa, tem permissão para circular nos materiais inclusivos. Essa ideia é reiterada pelo MEC com a divulgação da Nota Técnica nº 5 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão sobre a Implementação da Educação Bilíngue:

“[...] a Política orienta os sistemas de ensino para garantia do ingresso dos estudantes com surdez nas escolas comuns, mediante a oferta da educação bilíngue, dos serviços de tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa e do ensino de Libras.” (SECADI, 2011, p.1).

A verdade instituída é que a educação de surdos deva se efetivar através do bilinguismo, atrelado ao regime de verdade que constitui a inclusão. Segundo Quadros (2005,

p. 32), “inclusive, percebe-se que o uso “instrumental” da língua de sinais sustenta as políticas públicas de educação de surdos em nome da “inclusão”. Thoma e Klein (2010) corroboram com esta problematização:

[...] a Educação de Surdos no Brasil corre o risco de manter as práticas excludentes do passado. Embora ela não seja mais orientada pelas práticas de oralização, continuamos presenciando a imposição da língua e da cultura ouvinte através da Política de Inclusão [...] (p. 120).

Tal imposição está sendo conduzida por um discurso que enfatiza a acessibilidade na comunicação, como podemos constatar na fala de um dos organizadores do Kit para uma reportagem: “o fundamental é atingir qualquer aluno. Isso é acessibilidade comunicacional”⁶. Esse argumento também é identificável em outras produções culturais surdas advindas de Belém, quando a prioridade está no acesso tanto pela língua de sinais quanto pela língua portuguesa aos elementos culturais regionais.

Em reportagem veiculada pela revista da FENEIS nº 45 edição Setembro-Novembro 2011 foi realizada análise de um material produzido e distribuído pelo Ministério da Educação “*Abordagem Bilíngue na escolarização das pessoas com surdez*”. Tal material versa sobre a educação dos surdos a partir de uma concepção bilíngue que prioriza a participação desses alunos nas escolas regulares recebendo concomitantemente o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo a reportagem, o material do MEC entende por bilinguismo “a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte”. Nesse sentido, não fica evidenciado que a Língua Portuguesa a ser utilizada nesse contexto seja na modalidade escrita, conforme o que consta no Decreto 5.626/2005 Art. 13. “o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas”.

Finalizando...

Assim como na análise sobre o Kit MEC (MORASE; SANTOS, 2011), percebemos que na rede discursiva que circula no kit Lendas Amazônicas, a língua de sinais se enfraquece como marca cultural para ser enunciada como suporte pedagógico.

passa-se de um processo histórico que alojou a surdez na deficiência auditiva para outro tipo de processo, que está reduzindo a diferença surda ao principal elemento

⁶ <http://www.uepa.br/>. Acesso em 19\06\2010.

que dá visibilidade à sua cultura: a Língua de Sinais. Essa redução parece estar produzindo um conseqüente enfraquecimento político da comunidade surda, dissolvendo uma bandeira de luta em manobras políticas de aceitação das diferenças, utilizando a língua como estratégia de normalização do sujeito surdo e fortalecendo a escola como maquinaria capaz de homogeneizar e ordenar a pluralidade. (GUEDES, 2009, p. 39)

Legalmente, a inclusão educacional vem sendo gestada desde 1996, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também em 2001, são criadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica- Resolução CNE nº 02/2001. No entanto, é no ano de 2007, que acontece a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2007) na sua versão preliminar, a qual regulamenta tal processo. Tal política traz o conceito de Educação Inclusiva diretamente ligada à inclusão nas escolas da rede regular de ensino, interferindo de forma direta nos destinos da Educação de Surdos⁷.

Cabe ressaltar que esta concepção está em consonância com o discurso produzido e difundido pelo MEC no que se refere à educação de surdos. No artigo 22 do Decreto Federal nº 5.626/2005 consta:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo

Olhamos para a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP 2008) como algo que tenta:

Responder, entre tantas outras urgências, à urgência de um lugar [...] que responda às necessidades e exigências de um sistema educativo, econômico, social, político e

⁷ A Política faz menção a transformação das escolas especiais em centros de referencia para o AEE – Atendimento Educacional Especializado, não se referindo especificamente às escolas de surdos. No entanto, a educação de surdos ainda é narrada dentro do campo da Educação Especial.

cultural que se preocupa com o risco da exclusão social de indivíduos identificados em grupos específicos [...] (LASTA; HILLESHEIM, 2011, p. 93).

Tal política prescreve um modelo de escolas “inclusivas”, paradoxalmente, sem “ouvir” os principais interessados - os surdos, os quais, em sua grande maioria, são apenas inseridos nas salas de aulas em situação de desigualdade com colegas e professores ouvintes que não conhecem a Libras (língua brasileira de sinais).

Nesse sentido, pensamos ser importante ressaltar que os movimentos de resistência surda em favor da educação e da cultura surda estão atravessados pela luta por uma escola de qualidade, já que:

A oposição surda não é, portanto aos processos de inclusão, mas a tipos de entendimentos de inclusão. Os surdos resistem à inclusão, como o simples colocar no mesmo espaço físico, como o simples estar junto. Resistem à partilha do espaço quando este é destinado à normalidade. (LOPES; MENEZES, 2010, p.76)

Para finalizar o texto, mas sem a pretensão de encerrar o assunto, nos perguntamos: como a Educação Bilíngue vem se constituindo frente às Políticas Inclusivas? Como as línguas de sinais e portuguesa são produzidas, circulam e são consumidas no dia a dia das escolas? Segundo reportagem da Revista da FENEIS:

Dizer que a Língua Portuguesa é segunda língua para a maioria dos surdos brasileiros não é uma simples questão de denominação, é uma questão que envolve um novo paradigma, um novo jeito de ensinar e de aprender, que precisa estar sustentado em uma política não apenas educacional, mas em uma política, sobretudo, linguística. (FENEIS, 2011, p.14).

Entendemos, portanto, que o bilinguismo não se efetiva somente a partir de um kit que se diz bilíngue por apresentar a Libras ao lado da Língua Portuguesa, sem considerar os demais aspectos culturais que envolvem o processo de tradução.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em Março 2013.

COSTA, Marisa; SILVEIRA, Rosa; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. Revista Brasileira de Educação, maio-agosto, nº 23, 2003. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil, p. 36-61.

GUEDES, Betina S. A língua de sinais na escola inclusiva: estratégias de normalização da comunidade surda. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33 – 49.

LASTA, Letícia; HILLESHEIM, Betina. Políticas Públicas de Inclusão Escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. . In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (orgs.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LOPES, Maura; MENEZES, Eliana. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: LOPES, Maura; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia; MACHADO, Fernanda. (Orgs.) *Cadernos de Educação*. Pelotas: Ed. UFPel, 2010.

MORAES, Violeta Porto; SANTOS, Angela Nediane dos. A língua de sinais como estratégia para a promoção da inclusão: uma análise acerca do Kit ‘Educação de Surdos’/MEC. In: *Anais do 4º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 1º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação*. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2011. p.1 – 11.

NOTA TÉCNICA Nº 5/2011/MEC/SECADI/GAB – Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <http://inclusaoja.com.br/2011/06/02/implementacao-da-educacao-bilingue-nota-tecnica-052011-mecsecadigab/>. Acessado em: Abril 2013.

Revista da FENEIS nº 45 *MEC viola direitos linguísticos e culturais dos surdos: Política de Educação Inclusiva do Ministério da Educação nega a cultura e a identidade surdas e secundariza a Língua de Sinais*. Setembro-Novembro 2011.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. In: *Cadernos de Educação – Educação de Surdos / Faculdade de Educação – UFPel – Ano 19, n.36 (mai.-ago. 2010) – Pelotas: Ed. UFPel, 2010, p. 107 – 131.*

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Estudos Culturais em Educação*: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2000. P 37-69.

Site Universidade Estadual do Pará. <http://www.uepa.br/>. Acesso em 19\06\2010.

SKLIAR, C. (Org.). Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.